

**O LETRAMENTO RACIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: CONTRIBUIÇÕES
DA LEI 10.639/2003 PARA O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL**

**RACIAL LITERACY AS A PEDAGOGICAL TOOL: CONTRIBUTIONS OF LAW
10.639/2003 TO COMBAT STRUCTURAL RACISM**

**EL LETRAMIENTO RACIAL COMO HERRAMIENTA PEDAGÓGICA: APORTES DE LA
LEY 10.639/2003 PARA EL COMBATE AL RACISMO ESTRUCTURAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-020>

Data de submissão: 05/09/2025

Data de publicação: 05/10/2025

Luis Félix de Barros Vieira Rocha

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

E-mail: luis.felix@ufma.br

Rosangela Coêlho Costa

Mestra em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

E-mail: rsngl.coelho@gmail.com

Iranilde do Rosário Gomes

Mestra em Educação: Gestão de Ensino da Educação Básica

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: iranildergm@hotmail.com

Letícia Régia Gomes Souza

Mestra em Educação: Gestão de Ensino da Educação Básica

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: leticiaregia@gmail.com

Tassiane Sousa Correa Branco

Mestra em Direito e Afirmiação de Vulneráveis

Instituição: Centro Universitário do Maranhão

E-mail: Thassiane_sousa@hotmail.com

José Antonio Sousa Ramos

Especialista em Metodologia Inovadoras Aplicada a Educação, Ensino de Matemática e Ciências

Instituição: Instituto de Ensino Superior Franciscano

E-mail: joseantoniosousaramos@gmail.com

Jakeline Rodrigues

Especialista em Coordenação Pedagógica

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: jakelinerodrigues1378@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute o letramento racial como ferramenta pedagógica essencial para o enfrentamento do racismo estrutural no Brasil, destacando as contribuições da Lei 10.639/2003. A partir de uma revisão sistemática de produções acadêmicas recentes, analisam-se práticas pedagógicas que valorizam identidades afro-brasileiras e promovem a educação antirracista, dialogando com autores como Freire (1989), Fanon (2008), Mbembe (2018), Gonzalez (1988, 2020), Munanga (2012), Gomes (2017) e Carneiro (2005). Conclui-se que o letramento racial, além de reconfigurar currículos e metodologias, constitui um compromisso ético-político indispensável para a formação de sujeitos críticos e a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Palavras-chave: Letramento Racial. Educação Antirracista. Lei 10.639/2003. Racismo Estrutural.

ABSTRACT

This article discusses racial literacy as an essential pedagogical tool to confront structural racism in Brazil, highlighting the contributions of Law 10.639/2003. Based on a systematic review of recent academic research, it analyzes pedagogical practices that value Afro-Brazilian identities and foster anti-racist education, in dialogue with authors such as Freire (1989), Fanon (2008), Mbembe (2018), Gonzalez (1988, 2020), Munanga (2012), Gomes (2017) and Carneiro (2005). It concludes that racial literacy, beyond reshaping curricula and methodologies, represents an indispensable ethical-political commitment to the formation of critical subjects and the construction of a more just and plural society.

Keywords: Racial Literacy. Anti-Racist Education. Law 10.639/2003. Structural Racism.

RESUMEN

Este artículo analiza el letramiento racial como una herramienta pedagógica esencial para enfrentar el racismo estructural en Brasil, destacando los aportes de la Ley 10.639/2003. A partir de una revisión sistemática de investigaciones académicas recientes, se examinan prácticas pedagógicas que valorizan identidades afrobrasileñas y promueven la educación antirracista, en diálogo con autores como Freire (1989), Fanon (2008), Mbembe (2018), Gonzalez (1988, 2020), Munanga (2012), Gomes (2017) y Carneiro (2005). Se concluye que el letramiento racial, además de reconfigurar currículos y metodologías, constituye un compromiso ético-político indispensable para la formación de sujetos críticos y la construcción de una sociedad más justa y plural.

Palabras clave: Letramento Racial. Educación Antirracista. Ley 10.639/2003. Racismo Estructural.

1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização no Brasil foi permeado por um arquétipo de violência estrutural, consolidado como elemento constitutivo da sociedade e que reverbera até os dias atuais nas práticas sociais, culturais e políticas (Rocha, 2024). Tal processo não se limitou à dominação territorial, mas instaurou um projeto de desumanização e silenciamento de identidades, expresso na exploração e na supressão das cosmologias dos povos originários e na escravização de africanos(as) trazidos(as) à força para o território.

Essas marcas históricas se refletem na educação brasileira, que ainda enfrenta dificuldades em efetivar práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial. Embora a promulgação da Lei 10.639/2003 tenha representado um avanço ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, sua implementação permanece desigual e, muitas vezes, superficial (Brasil, 2003).

Nesse contexto, o letramento racial emerge como uma ferramenta pedagógica capaz de contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural, favorecendo a formação crítica dos(as) estudantes e a construção de identidades positivas, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens negros(as). Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar como o letramento racial pode se constituir em uma prática pedagógica antirracista, destacando o papel da Lei 10.639/2003 nesse processo. De forma específica, busca-se mapear e analisar as produções acadêmicas sobre letramento racial no período de 2021 a 2023; investigar de que maneira a Lei tem sido incorporada às práticas escolares; e discutir as potencialidades do letramento racial na valorização das identidades e saberes afro-brasileiros, fortalecendo o combate ao racismo estrutural no espaço educacional.

Para compreender a profundidade desse processo de exclusão e desigualdade, é necessário retomar o contexto histórico do colonialismo. Segundo Césaire (2020, p. 17), compreender a ação colonizadora implica em “descivilizar o colonizador; para brutalizá-lo no sentido apropriado da palavra, degradá-lo, despertá-lo para instintos soterrados, cobiça, violência, ódio racial, relativismo moral [...]”.

Essa perspectiva revela que o colonialismo, longe de ser um processo civilizatório, intensificou a barbárie, ao mesmo tempo em que legitimava a exploração em nome de um suposto progresso. O colono, investido como representante da coroa portuguesa, exerceu um poder baseado na imposição de regimes brutais de trabalho, na expropriação de terras e na tentativa sistemática de aniquilar culturas e modos de vida que não se alinhavam ao projeto colonial.

Dessa forma, a colonização brasileira não pode ser compreendida apenas como um evento histórico do passado, mas como um fenômeno que instaurou bases de opressão e desigualdade que

ainda estruturam as relações sociais no presente. A violência colonial, naturalizada durante séculos, foi responsável por estabelecer hierarquias raciais, sociais e econômicas que continuam a alimentar o racismo estrutural e as desigualdades no Brasil contemporâneo.

Na perspectiva da consolidação da soberania colonial, o explorador construiu mecanismos de controle absoluto sobre a vida, o corpo e a dignidade dos sujeitos colonizados(as). Esse domínio não se restringiu à esfera econômica, mas atingiu diretamente as dimensões existenciais e simbólicas, instaurando uma lógica de desumanização sistemática. Conforme Mbembe (2018, p. 5), “a soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar que pode viver e quem deve morrer”. Nesse sentido, o poder colonial se expressava por meio da violência física, psicológica e simbólica, utilizada como instrumento permanente de dominação e subjugação, configurando o que o autor denomina de necropolítica.

Assim, a prática da violência constituía um ciclo contínuo de terror e submissão, em que a morte – tanto a morte física, pela exploração e genocídio, quanto a morte social e cultural – tornava-se uma ferramenta política central. Como afirma Mbembe (2018, p. 5), “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais, ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida com a implantação e manifestação do poder”. Dessa forma, a colonização brasileira não apenas se fundamentou na exploração da força de trabalho e na expropriação territorial, mas sobretudo na regulação da vida e na administração da morte, instaurando um regime de violência que estruturou as relações sociais e raciais no país.

No entendimento de Fanon (2008), o mundo colonial deve ser compreendido como um espaço profundamente marcado pela disputa de poder, no qual a estrutura social foi organizada de maneira a privilegiar, de forma exclusiva, os colonizadores. Essa configuração gerou um ambiente de segregação e violência, em que a humanidade do(a) colonizado(a) era constantemente negada. O colonialismo, assim, não apenas instaurou um sistema de exploração econômica, mas também consolidou um regime político e simbólico no qual a superioridade do colonizador era naturalizada, enquanto a existência do colonizado era reduzida à condição de objeto de dominação.

No contexto social dos países submetidos à colonização, a população negra foi sistematicamente relegada a uma condição de invisibilidade, ocupando um lugar secundário no tecido social e cultural. A construção da humanidade, nesse cenário, era direcionada de forma positiva e exclusiva aos brancos europeus, enquanto os(as) negros(as) eram representados(as) a partir de estigmas e estereótipos que os desumanizavam. Como observa Rocha (2024), essa lógica esteve presente em diferentes meios de produção simbólica — nos jornais, nas histórias infantis ou em outras narrativas culturais —, repetindo-se de modo a reforçar continuamente a humanização dos brancos e a

inferiorização dos negros. Esse processo não apenas legitimava a hierarquia racial imposta pelo colonialismo, mas também perpetuava uma memória social que sustentava as desigualdades e o racismo estrutural.

A sede de desqualificar o(a) negro(a) e os povos originários, e colocá-los na condição de mercadoria e objeto de consumo, fez parte de um projeto fetichista do colonizador, que deteve todo o poder político, econômico e cultural, exercendo seu domínio sobre os corpos negros e indígenas (Rocha, 2024, p.81).

Nesse jogo entre opressor e oprimido, evidencia-se o processo de colonialidade, que permanece ativo e se manifesta em diferentes instituições sociais, incluindo o espaço escolar. Sobre essa realidade, Arroyo (2015, p. 21) destaca que “[...] o nosso sistema de educação carrega as marcas da velha e persistente segregação social e racial [...].” Tal constatação revela que a escola, longe de ser um espaço neutro, reproduz estruturas históricas de exclusão. Nesse sentido, educadores(as), ainda orientados(as) por mentalidades coloniais, acabam por reforçar práticas que perpetuam desigualdades e silenciam identidades, dificultando, assim, a consolidação de uma educação que represente e valorize a pluralidade cultural e histórica dos sujeitos locais (Rocha, 2024).

A colonialidade do poder, presente em nossa sociedade, entrelaça-se à colonialidade do saber, produzindo a desvalorização e a marginalização dos conhecimentos oriundos do Sul global. Nesse processo, as práticas culturais e sociais dos grupos historicamente colonizados são controladas e reinterpretadas a partir da lógica do colonizador, o que resulta em distorções e apagamentos. No espaço escolar, por exemplo, esse controle pode ser percebido na forma como determinados saberes são abordados de modo superficial ou secundário.

A desvalorização histórica dos saberes e práticas culturais dos povos colonizados, perpetrada por um sistema que privilegia o conhecimento eurocêntrico, contribui para a manutenção de um olhar superficial e incompleto sobre a diversidade e a riqueza cultural do Brasil. Esse processo reforça hierarquias de conhecimento que legitimam apenas certas perspectivas, enquanto invisibilizam ou reduzem outras a estereótipos, limitando a construção de uma compreensão mais plural e democrática da realidade social.

[...] em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (Quijano, 1994, p. 5).

No cenário educacional brasileiro, tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica, a colonialidade deixou marcas profundas de silenciamento e negação de saberes. Os conhecimentos produzidos por negros(as) e povos indígenas foram historicamente marginalizados em favor de uma lógica eurocêntrica. Esse processo resultou em currículos excludentes e narrativas únicas, que invisibilizam a diversidade cultural. Superar tais marcas é essencial para a construção de uma educação mais plural e democrática, uma vez que “essa coisificação dos saberes da cultura nacional reflete-se obviamente de forma negativa no fazer pedagógico do(a) professor(a) em sala de aula” (Rocha, 2024, p. 92).

Nesse sentido, a reflexão sobre essas desigualdades se conecta diretamente à compreensão do racismo estrutural, que configura-se como um fenômeno complexo e dinâmico, cuja análise exige um olhar crítico sobre como construímos nossa autoimagem e percebemos o mundo ao nosso redor. Esse exercício implica reconhecer que, em diferentes circunstâncias, todos podem ter colaborado, ainda que de forma inconsciente, para a manutenção de práticas de violência e exclusão dirigidas a grupos historicamente oprimidos, sendo esse reconhecimento fundamental para o desenvolvimento de uma consciência racial ativa (Fanon, 2022).

O racismo estrutural no Brasil se manifesta como um fenômeno complexo e persistente, resultado das relações históricas de poder estabelecidas desde o período colonial. Como observa Almeida (2021, p. 50), trata-se de uma “[...] decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Essa lógica de exclusão se evidencia de forma contundente no campo educacional, por meio da desigualdade de oportunidades enfrentada por estudantes de diferentes grupos étnico-raciais, incluindo negros(as) e indígenas (Rocha, 2024). A segregação escolar, o acesso desigual a recursos pedagógicos e os preconceitos implícitos nas instituições contribuem para disparidades significativas no desempenho acadêmico e nas taxas de conclusão, consolidando mecanismos de reprodução social do racismo.

Nesse contexto, a Lei 10.639/2003 surge como um instrumento jurídico-pedagógico estratégico para o enfrentamento dessas desigualdades. Ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, a legislação busca descolonizar os currículos escolares, problematizando estereótipos raciais e promovendo o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial (Munanga, 2019).

Gomes (2017) destaca que a implementação efetiva da lei contribui para a formação de uma consciência crítica nos(as) estudantes, fortalecendo identidades positivas e fomentando práticas pedagógicas que valorizam saberes historicamente marginalizados. De forma complementar, Silva

(2007) enfatiza que a Lei 10.639/2003 possibilita transformar a escola em um espaço de resistência ao racismo estrutural, ao questionar hierarquias históricas de poder e inserir narrativas afro-brasileiras no cotidiano escolar.

Assim, a análise das contribuições da Lei 10.639/2003 evidencia seu potencial para enfrentar o racismo estrutural no espaço educacional, oferecendo instrumentos para a construção de práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas, que valorizem a pluralidade cultural e promovam justiça social.

Nessa direção, o letramento racial constitui-se como um conceito que possibilita a interação entre sujeitos negros e brancos, pautada em um compromisso político e social voltado ao enfrentamento do racismo. Essa perspectiva propõe uma reeducação das relações raciais, capaz de viabilizar uma leitura crítica do racismo no Brasil e de suas múltiplas ramificações históricas, culturais e institucionais.

Com base nesse entendimento, torna-se evidente que a efetivação da democracia depende da formação de cidadãos e cidadãs capazes de exercer plenamente sua participação social, o que exige o acesso aos processos de leitura e escrita como instrumentos de emancipação. Assim, a alfabetização não pode ser reduzida a um ato meramente técnico, mas compreendida como prática política que possibilita a inserção crítica do sujeito na sociedade. Nesse sentido, Freire (1989) ressalta que a escolarização e a alfabetização configuram-se como práticas de liberdade, uma vez que reconhecem os educandos e educandas como sujeitos sociais portadores de saberes e experiências culturais.

Para Freire (1989), a leitura da palavra está intimamente ligada à leitura do mundo, uma vez que compreender textos implica também interpretar e transformar a realidade. Essa perspectiva aponta que a escrita não se restringe a um ato mecânico, mas envolve um processo de reescrita do mundo por meio da prática consciente dos sujeitos. Desse modo, a racionalidade emancipatória manifesta-se na reflexão que se concretiza na ação, possibilitando a formação de indivíduos críticos e autônomos. Nessa lógica, a emancipação do sujeito torna-se condição fundamental para a construção de uma cidadania crítica, em que as escolhas e práticas sociais sejam orientadas pela consciência e pelo compromisso ético-político.

Para Freire (1989), a leitura da palavra está intimamente ligada à leitura do mundo, uma vez que compreender textos implica também interpretar e transformar a realidade. Nessa perspectiva, a escrita não se restringe a um ato mecânico, mas envolve um processo de reescrita do mundo por meio da prática consciente dos sujeitos. Assim, a racionalidade emancipatória manifesta-se na reflexão que se concretiza em ação, possibilitando a formação de indivíduos críticos e autônomos, cuja cidadania é orientada pela consciência e pelo compromisso ético-político.

Nesse sentido, a efetiva implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 torna-se indispensável, ao inserir nos currículos escolares a história e as contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas. Essa abordagem permite uma educação antirracista e inclusiva, oferecendo aos estudantes instrumentos críticos para compreender, questionar e transformar as estruturas sociais que sustentam o racismo. De fato, o desconhecimento sobre a história e os saberes de diferentes grupos contribui para a manutenção do preconceito, e a aparente neutralidade da história e da linguagem reforça desigualdades.

Assim, promover o letramento racial nas escolas não apenas amplia o acesso ao conhecimento, mas também materializa a perspectiva freireana de educação como prática de liberdade, formando sujeitos capazes de agir conscientemente para a transformação social. Nesse sentido, o letramento racial configura-se como uma abordagem fundamental para a promoção de uma educação antirracista. Esse conceito envolve a capacidade de compreender, analisar e questionar as estruturas raciais presentes na sociedade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na busca por igualdade e justiça social. Carneiro (2005, p. 9) destaca que “desafiar o epistemicídio é essencial para a construção de práticas educativas que efetivamente promovam a equidade”. Segundo Gonzalez (2020, p. 38), “a educação deve ser entendida como um espaço para a construção de identidade e resistência”. Essa perspectiva evidencia a importância de formar educadores que saibam dialogar com as experiências de seus alunos, superando práticas pedagógicas excludentes e centradas em referências exclusivamente eurocêntricas.

Gonzalez (1988) critica o eurocentrismo presente no currículo escolar brasileiro, que invisibiliza as contribuições afrodescendentes e reforça uma visão excluente do mundo. Para a autora, “a educação deve romper com o colonialismo epistêmico, promovendo o conhecimento como um bem coletivo e plural” (Gonzalez, 1988, p. 94). Essa perspectiva evidencia a necessidade de uma formação docente alinhada a uma pedagogia antirracista, capaz de transformar a escola em um espaço de emancipação social.

Além disso, Gonzalez ressalta que “a sala de aula deve ser um local de reconhecimento mútuo e diálogo entre diferentes saberes, mediado pelo educador de forma sensível e crítica” (Gonzalez, 1988, p. 134). Ao integrar conhecimentos acadêmicos e saberes populares, a prática pedagógica se torna um espaço de inclusão, valorização da diversidade e transformação social.

Lélia Gonzalez contribui de forma significativa para o letramento racial e para a prática pedagógica antirracista ao apresentar a amefricanidade como um conceito central para a reconfiguração da educação (Santos et al., 2020). Suas reflexões sobre as interseccionalidades de raça,

gênero e classe, a valorização da linguagem popular e a crítica ao eurocentrismo curricular ressaltam a necessidade de uma pedagogia que reconheça e celebre a diversidade cultural.

Tais ideias são fundamentais para a formação de educadores comprometidos com a construção de práticas educativas antirracistas e inclusivas. Nesse sentido, compreender o letramento racial implica também a capacidade de ler a branquitude como um grupo que preserva seus privilégios a partir da opressão de outros grupos raciais, reconhecendo que a luta contra o racismo é um compromisso político coletivo, que deve envolver indivíduos de todas as identidades raciais, como observa Ferreira (2014, p. 250), a fim de promover reflexões críticas sobre raça e racismo em todos os espaços e disciplinas escolares.

O letramento racial, nesse sentido, funciona como uma ferramenta de transformação de pensamentos e ações. Ele possibilita compreender que episódios como o homicídio de jovens negros pela polícia, a chamada “bala perdida”, o estrangulamento de um idoso em um supermercado ou o ataque a uma família por forças militares não são eventos isolados, mas manifestações de um sistema estrutural que visa o extermínio das populações negras.

A responsabilidade pelo combate ao racismo ultrapassa o âmbito escolar e exige engajamento coletivo. Interpretar situações de racismo e saber como agir diante delas é uma tarefa de toda a comunidade, não apenas dos educadores. Nesse processo, o letramento racial crítico e a educação antirracista devem ser contínuos, reconhecendo que cada indivíduo avança em seu tempo (Souta; Jovino, 2019, p. 154). Ao trilhar esse caminho de forma constante, repensando a educação e apresentando aos educandos múltiplos saberes e perspectivas, é possível promover um processo crítico de reflexão e ação que contribua para reduzir significativamente os impactos do racismo na educação e na sociedade como um todo.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, tendo como objetivo analisar o letramento racial como ferramenta pedagógica, investigando as contribuições da Lei 10.639/2003 para o combate ao racismo estrutural na educação brasileira. Diferentemente da pesquisa bibliográfica tradicional, a revisão sistemática permite organizar e sintetizar de forma criteriosa a produção acadêmica recente sobre um tema específico, garantindo maior rigor na seleção e análise das fontes (Pereira et al., 202).

O procedimento metodológico consistiu, inicialmente, na seleção de dissertações e teses produzidas entre 2021 e 2023, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e em repositórios institucionais de universidades brasileiras. Foram utilizados critérios de inclusão que

priorizaram trabalhos que abordassem diretamente o letramento racial, a Lei 10.639/2003, práticas pedagógicas antirracistas e o enfrentamento do racismo estrutural na educação básica. Minayo (2014) ressalta que a definição criteriosa das fontes é fundamental para assegurar consistência, confiabilidade e relevância na análise de fenômenos socioculturais e educativos.

Em seguida, procedeu-se à análise temática e interpretativa dos textos selecionados, com atenção especial às estratégias pedagógicas voltadas para o letramento racial, à valorização da diversidade étnico-racial e à construção de práticas educativas inclusivas. Munanga (2012) e Gomes (2017) destacam que práticas educativas que incorporam saberes afro-brasileiros e africanos contribuem para a formação da identidade, autoestima e consciência crítica dos estudantes.

Por fim, os dados coletados foram sistematizados e categorizados de acordo com os principais eixos temáticos identificados: práticas pedagógicas inovadoras, resistências ao racismo estrutural, desafios na implementação da Lei 10.639/2003 e lacunas na produção acadêmica recente. Gil (2008) enfatiza que a sistematização crítica permite não apenas compreender o estado da arte de um campo do conhecimento, mas também subsidiar recomendações para políticas educativas, formação docente e futuras pesquisas. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise detalhada e atualizada das contribuições do letramento racial para práticas pedagógicas antirracistas, fortalecendo a compreensão sobre o papel da educação na promoção da equidade racial no Brasil.

3 RESULTADOS

O estado de conhecimento consiste em um levantamento sistemático das produções científicas sobre um determinado tema, com o propósito de identificar os avanços, as lacunas e as tendências emergentes nas pesquisas. Esse processo envolve uma análise crítica da literatura existente, permitindo compreender como o campo de estudo vem se estruturando e quais são os referenciais teóricos e metodológicos mais utilizados.

Conforme destacam Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o estado de conhecimento “não apenas localiza a produção já existente, mas possibilita situar o pesquisador em relação a ela, abrindo caminhos para novas perspectivas e abordagens sobre o objeto investigado”. Dessa forma, essa etapa é fundamental para fundamentar teoricamente a pesquisa, orientar decisões metodológicas e contribuir para a construção de conhecimento original e relevante no campo estudado. Dessa forma, sua elaboração é indispensável em pesquisas acadêmicas que buscam rigor, relevância e inovação. De acordo com Rocha (2024, p. 60):

[...] o Estado da Arte ou do Conhecimento é um universo diverso de tipos de pesquisas, marcados por graus de aprofundamento e múltiplos registros. Assim, na construção do Estado

de Conhecimento, não há apenas aquele que se dispõe a elaborar a produção científica, o estudioso/pesquisador, isoladamente, há outros atores que influenciam os rumos de uma pesquisa, como a instituição, o país onde se vive e o mundo, ou seja, há uma diversidade de aspectos que pesam na constituição de qualquer estudo.

Além de identificar e organizar a produção existente, o estado de conhecimento permite estabelecer uma conexão entre teoria e prática, evidenciando de que forma os resultados das pesquisas vêm sendo aplicados em diferentes contextos educativos, sociais e culturais. Romanowski e Ens (2006) apontam que a sistematização desse tipo de estudo fortalece os campos de investigação ao organizar e dar visibilidade às principais contribuições já produzidas. Assim, elaborar um estado de conhecimento vai além da simples coleta de dados: trata-se de desenvolver uma análise crítica capaz de orientar novas pesquisas e subsidiar práticas pedagógicas, políticas públicas e produções científicas de maneira mais consistente e fundamentada.

A análise das dissertações produzidas entre os anos de 2021 e 2023 revela um panorama significativo sobre a pesquisa em letramento racial e suas múltiplas dimensões de atuação no contexto educacional, social e cultural. Os trabalhos selecionados contemplam diferentes regiões do Brasil – Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Ponta Grossa e Porto Alegre – e abordam temáticas que envolvem práticas pedagógicas antirracistas, literaturas infantis africanas e afro-brasileiras, ciberquilombismo, contação de histórias, construção da identidade racial e formação docente.

Os estudos considerados indicam que o letramento racial desempenha papel central no fortalecimento da consciência étnico-racial, seja por meio de práticas pedagógicas em escolas e espaços educativos, seja na valorização de saberes, memórias e culturas afro-brasileiras. Além disso, observa-se uma interseção entre práticas educativas, estéticas e digitais, evidenciando o letramento racial como ferramenta de afirmação identitária, resistência cultural e promoção da inclusão social.

Dessa forma, os resultados apresentados nesta seção não apenas registram a produção acadêmica recente sobre o tema, mas também permitem compreender as tendências e contribuições das pesquisas para o fortalecimento da educação antirracista, para a valorização das identidades étnico-raciais e para a construção de experiências de engajamento crítico e cultural. A seguir, são detalhadas as dissertações analisadas, destacando o objeto de estudo, a abordagem metodológica e as principais contribuições de cada pesquisa.

Quadro 1 - Quadro demonstrativo das dissertações analisados

Ano	Título	Autor	Tipo	Instituição
2021	LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: O Encantamento Do Livro “O Mundo No Black Power De Tayó” Em Uma Proposição Didática	Samantha Schafer	Mestrado	Universidade Estadual de Ponta Grossa
2022	Escrita (auto)biográfica e círculo de leitura literária no desenvolvimento do letramento racial crítico com jovens do ensino médio	Victor Matheus Gonçalves de Figueiredo	Mestrado	Universidade Federal do Ceará
2022	As literaturas infantis africanas e afro-brasileiras como letramento racial crítico e construção das identidades étnico-raciais na Educação Infantil	Joice da Silva Pedro Oliveira	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2022	LETRAMENTO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACIAL: um estudo sobre dizeres de mulheres negras	Janaina Augusta Ramos Pontes	Mestrado	Universidade do Estado do Pará
2022	Letramento Racial Crítico em Ação na Língua Espanhola	Letícia Camargo Ferreira Netto	Mestrado	Universidade Estadual de Ponta Grossa
2022	“Como uma cura desses vazios” o ensino de artes na perspectiva do letramento étnico-racial: um olhar a partir da atuação de professores(as) de artes na cidade de Belém/PA	Lívia Weyl Costa	Mestrado	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
2022	CIBERQUILOMBISMO - NEGRAS E NEGROS NO ESPAÇO DIGITAL: perfis digitais pretos performando saberes, memórias, acolhimento e letramento racial	Nelza Jaqueline Siqueira Franco	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2022	Dessilenciando O Racismo Cotidiano Na Educação de Jovens E Adultos Por Meio do Letramento Racial Crítico	Michele Maria de Lima Santos	Mestrado	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
2023	O Letramento Racial Crítico e Práticas Pedagógicas na Construção da Identidade Racial da Criança Negra Por Meio da Literatura Infantil	Rosilene Batista Sales	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará
2023	“A Construção de espaços de Letramento Racial Crítico na sala de aula: possibilidades para a Educação das Relações Étnico-raciais”	Fábia Vaniz de Oliveira	Mestrado	Universidade Federal do Rio Grande
2023	Letramento racial na educação básica: revisão sistemática das abordagens teóricas, metodológicas e dos resultados em dissertações e teses no período de 2015 – 2022	Andreia dos Reis Almeida	Mestrado	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
2023	Cenas Rotineiras de Trabalho Análogo à Escravidão e os Letramentos necessários na Educação Antirracista	Giuliane Aparecida Petronilho	Mestrado	Universidade Federal da Bahia

2022	LETRAMENTOS DE INSPIRAÇÃO GRIÔ: Contação de Histórias e Literatura Infantojuvenil Negra por uma Educação Antirracista	Sinara Rubia Ferreira	Mestrado	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
------	---	-----------------------	----------	--

Fonte: Autores.

A produção acadêmica sobre o letramento racial crítico (LRC) no Brasil, entre os anos de 2021 e 2023, revela um campo em expansão que busca compreender as dimensões pedagógicas, identitárias, sociais e culturais dessa abordagem. O conjunto das dissertações analisadas evidencia a centralidade do LRC como prática educativa, emancipatória e de resistência, especialmente no que tange à valorização da identidade negra, à promoção da reflexão sobre racismo estrutural e à construção de espaços de aprendizagem críticos e inclusivos.

A dissertação de Letícia Camargo Ferreira Netto (2022), *Letramento racial crítico em ação na Língua Espanhola*, defendida na Universidade Federal, investiga a aplicação do LRC no ensino de espanhol como língua estrangeira. A autora desenvolve uma sequência didática que possibilita aos discentes refletirem sobre questões raciais por meio de narrativas autobiográficas, evidenciando a relevância do ensino de línguas como espaço de responsabilidade social e promoção da igualdade racial.

Na mesma direção, a pesquisa de Janaina Augusta Ramos Pontes (2022), *Letramento para uma educação antirracial: um estudo sobre dizeres de mulheres negras*, analisa práticas de letramento racial na vida de mães negras em uma comunidade periférica de Belém/PA. O estudo revela que o LRC não se limita ao ambiente escolar, mas se constrói também nas relações comunitárias e intergeracionais, consolidando saberes e práticas raciais que contribuem para a educação antirracista e para a afirmação identitária.

Em 2022, Victor Matheus Gonçalves de Figueiredo, em *Escrita (auto)biográfica e círculo de leitura literária no desenvolvimento do letramento racial crítico com jovens do ensino médio*, investiga a utilização de narrativas autobiográficas e grupos de leitura como instrumentos de fortalecimento do pertencimento étnico-racial. A pesquisa evidencia como o LRC pode promover reflexão crítica sobre racismo estrutural e reforçar a construção identitária de jovens negros no contexto escolar.

Ainda em 2022, Livia Weyl Costa, em “*Como uma cura desses vazios*”: o ensino de artes na perspectiva do letramento étnico-racial, analisa práticas de professores de artes da rede básica de Belém/PA, demonstrando que o LRC pode ser incorporado às atividades artísticas para promover autoestima, reflexão sobre as desigualdades raciais e valorização da cultura afro-brasileira. O estudo ressalta que, mesmo sem o uso formal da nomenclatura, os professores desenvolvem experiências de letramento crítico que dialogam com a realidade sociocultural dos estudantes.

No mesmo ano, Michele Maria de Lima Santos, em *Dessilenciando o racismo cotidiano na Educação de Jovens e Adultos por meio do letramento racial crítico*, evidencia a aplicação do LRC em contextos de EJA. A pesquisa mostra como rodas de conversa e leituras problematizadoras permitem aos participantes revisar concepções naturalizadas de racismo, contribuindo para a dessilenciação das práticas discriminatórias e o fortalecimento da consciência étnico-racial.

Em 2022, Nelza Jaqueline Siqueira Franco, em *Ciberquilombismo – negras e negros no espaço digital*, analisa perfis digitais negros como espaços de resistência, acolhimento e letramento racial. O estudo evidencia que o LRC se expande para o ciberespaço, possibilitando a circulação de saberes, memórias e práticas de enfrentamento ao racismo estrutural, reforçando a importância das tecnologias digitais como espaços educativos e de empoderamento racial.

No campo da literatura infantil, Rosilene Batista Sales (2023), em *O letramento racial crítico e práticas pedagógicas na construção da identidade racial da criança negra por meio da literatura infantil*, investiga como práticas pedagógicas mediadas por livros contribuem para a construção identitária de crianças negras nos anos iniciais do Ensino Fundamental. De forma semelhante, Samantha Schafer (2021), em *Letramento racial crítico: o encantamento do livro “O mundo no Black Power de Tayó”* em uma proposição didática, demonstra que a literatura infantil com protagonistas negras fortalece a identidade racial das crianças e articula práticas educativas com o LRC.

Ainda em 2023, Fabia Vaniz de Oliveira, em *A construção de espaços de letramento racial crítico na sala de aula: possibilidades para a educação das relações étnico-raciais*, analisa a implementação de uma biblioteca móvel com obras afro-brasileiras em uma escola pública do Rio Grande do Sul. O estudo evidencia que espaços estruturados de leitura e escrita contribuem para a aproximação dos estudantes com narrativas afro-brasileiras, promovendo identificação cultural, consciência crítica e educação antirracista.

Giuliane Aparecida Petronilho (2023), em *Cenas rotineiras de trabalho análogo à escravidão e os letramentos necessários na educação antirracista*, problematiza as condições de exploração contemporânea no Brasil e aponta a necessidade de formação docente para o desenvolvimento do LRC, articulando educação, direitos humanos e cidadania. Por fim, Sinara Rubia Ferreira (2022), em *Letramentos de inspiração griô: contação de histórias e literatura infantojuvenil negra por uma educação antirracista*, evidencia como saberes ancestrais e práticas de contação de histórias podem ser mobilizados para promover o LRC, fortalecendo a transmissão cultural e a resistência ao racismo estrutural. De forma geral, a produção acadêmica recente sobre o LRC evidencia um campo interdisciplinar e inovador, no qual literatura, arte, tecnologia, comunidade e práticas escolares se articulam para construir uma educação crítica, antirracista e voltada à valorização da identidade negra,

reafirmando o papel central do letramento racial como instrumento de transformação social e pedagógica.

4 DISCUSSÃO

As lutas históricas do Movimento Negro no Brasil tiveram papel fundamental na conquista de políticas educacionais voltadas para a inclusão, permanência e êxito das populações negras no sistema escolar. Apesar dos avanços, ainda é necessário avançar para que a presença das histórias, saberes e culturas afro-brasileiras seja efetivamente incorporada à educação, de modo a romper com uma perspectiva eurocêntrica que frequentemente reduz as experiências negras a estereótipos.

A escola, enquanto instituição social, não é neutra; ela reflete e reproduz as ideologias dominantes. Em contextos racistas, isso significa que o próprio ambiente escolar pode reproduzir desigualdades e preconceitos. Como destaca Nascimento (2016, p. 54), “os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país”. Esse controle garante que o grupo majoritário se beneficie, direta ou indiretamente, da manutenção dessas estruturas de poder.

Dessa forma, promover uma educação antirracista exige não apenas a inclusão de conteúdos afro-brasileiros, mas também uma reflexão crítica sobre os mecanismos de poder que permeiam a escola e a sociedade, para que o ensino contribua para a valorização e reconhecimento das identidades negras. Através de uma educação brancocêntrica, “nossas crianças são induzidas a acreditar que ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado” (Gonzalez, 2020, p. 160). Nesse modelo, as identidades negras são constantemente negativizadas, levando as populações negras a perceberem a população branca como referência de humanidade e sucesso (Souza, 2021).

O sistema educacional, dessa forma, contribui para a reprodução de estereótipos, apresentando a população negra como pobre, feia, suja e desumanizada. Em resposta a esse cenário, o Letramento Racial se apresenta como uma ferramenta de ação contínua, representando um compromisso político na luta contra o racismo dentro e fora do espaço escolar.

O racismo no Brasil, frequentemente silencioso, manifesta-se de forma perversa e estrutural. Nesse sentido, Cunha Jr. (2022, p. 110) define o racismo como “um sistema de dominação elaborada cientificamente, como um sistema ideológico, que é disseminado de forma pedagógica e estruturada”, evidenciando como práticas educativas podem reproduzir desigualdades raciais de maneira sistemática.

O Letramento Racial surge a partir da Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory) nos Estados Unidos, na qual a raça é utilizada como ponto de partida para analisar diversas questões sociais (Santos;

Amorim, 2021, p. 04-05). No Brasil, essa perspectiva se apresenta como uma ferramenta capaz de revelar como a raça opera nas relações sociais, funcionando como uma prática de leitura crítica do mundo (Severo, 2021). A partir dela, é possível identificar os privilégios que a branquitude mantém e as barreiras estruturais enfrentadas pelas populações negras.

A educação brasileira, marcada por uma lógica brancocêntrica, frequentemente promove a percepção da população branca como modelo ideal de ser humano, enquanto desvaloriza e estigmatiza identidades negras, reproduzindo estereótipos de pobreza, feiúra e desumanização (Gonzalez, 2020; Souza, 2021). Nesse contexto, torna-se necessário compreender a branquitude como um grupo racial que mantém privilégios estruturais a partir da opressão de outros grupos. O Letramento Racial, portanto, não se limita a identificar desigualdades, mas propõe uma reflexão crítica e um compromisso político coletivo na construção de uma sociedade mais justa (Ferreira, 2014, p. 250).

Além disso, o Letramento Racial permite perceber que episódios de violência contra a população negra — como homicídios cometidos pela polícia, balas perdidas, ataques violentos a famílias ou estrangulamentos — não são eventos isolados, mas manifestações de um sistema estrutural de opressão. Combater o racismo, nesse sentido, exige uma mobilização coletiva que ultrapassa o papel dos educadores e envolve toda a sociedade na identificação e enfrentamento de situações de discriminação racial.

Carneiro (2005) reforça essa dimensão educacional do Letramento Racial, apontando que ele deve servir para resgatar a subjetividade e a humanidade das populações negras, frequentemente negadas por práticas pedagógicas excludentes. Para a autora, o enfrentamento do racismo na educação vai além da simples inclusão de conteúdos afro-brasileiros, implicando uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam desigualdades, transformando o espaço escolar em um ambiente de conscientização e mudança social.

O Letramento Racial pode ser compreendido como um processo contínuo de aprendizado e prática, “[...] uma prática cotidiana – uma postura analítica que facilita a autoeducação contínua” (Twine; Steinbugler, 2006, p. 344). De maneira semelhante à askêsis proposta por Foucault (2014, p. 282), que envolve exercícios nos quais o sujeito verifica sua capacidade de enfrentar situações e utilizar criticamente os discursos aos quais está exposto, o Letramento Racial busca desenvolver uma conduta reflexiva e uma postura crítica capaz de interpretar, decifrar e administrar a realidade racial, orientando-se por princípios que se convertem em ética e prática cotidiana.

Importante ressaltar que o Letramento Racial não se configura como uma doutrina rígida, mas como resultado de práticas fundamentadas no olhar crítico da Negritude e dos Estudos Críticos da Branquitude. Twine e Steinbugler (2006, p. 357) afirmam que “[...] letramento racial representa uma

postura analítica crítica desenvolvida em práticas microculturais cotidianas”. A adesão a essas práticas provoca transformações na subjetividade: para o sujeito negro, implica deslocar-se do olhar racista tradicional e perceber-se através de uma perspectiva enraizada nos sentidos da negritude; para o sujeito branco, representa uma habilidade crítica de reconhecer e analisar os mecanismos que estruturam a racialidade.

Dessa forma, o Letramento Racial deve ser entendido como um processo contínuo de reflexão e ação. Souta e Jovino (2019, p. 154) destacam que “[...] o trabalho na perspectiva do letramento racial crítico e da educação antirracista deve ser contínuo, porque o tempo para cada um avançar é diferente [...]”. Ao trilhar esse caminho, apresentando aos educandos outras visões de mundo e saberes historicamente marginalizados, é possível promover transformações significativas na educação e na sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades raciais e o fortalecimento de práticas antirracistas. Assim, o Letramento Racial não apenas amplia a percepção sobre as desigualdades, mas também orienta ações éticas e conscientes, promovendo mudanças concretas na subjetividade e nas práticas sociais cotidianas.

Portanto, o Letramento Racial se apresenta como um processo contínuo e transformador, que vai além da simples percepção das desigualdades raciais. Por meio de práticas reflexivas e exercícios cotidianos, ele permite que os indivíduos desenvolvam uma postura crítica diante do dispositivo da racialidade, reconhecendo as categorias impostas como construções sociais e não como verdades naturais. Essa prática promove tanto a consciência ética quanto a capacidade de agir de forma responsável e engajada nas relações raciais, impactando não apenas a subjetividade dos sujeitos, mas também as dinâmicas sociais e educativas. Ao articular reflexão e ação, o Letramento Racial contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e antirracista.

5 CONCLUSÃO

O percurso desenvolvido neste estudo evidencia que o letramento racial, ancorado nas contribuições da Lei 10.639/2003, constitui uma ferramenta pedagógica indispensável para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e a superação do racismo estrutural. Ao longo da análise, constatou-se que a colonialidade ainda reverbera no espaço escolar, seja pela invisibilização de saberes afro-brasileiros, seja pela persistência de currículos eurocêntricos que marginalizam identidades e experiências negras.

Nesse cenário, o letramento racial se apresenta como prática emancipatória capaz de promover uma leitura crítica das estruturas sociais, possibilitando tanto o reconhecimento da pluralidade cultural quanto a valorização das memórias e identidades historicamente silenciadas. Mais do que um recurso

metodológico, trata-se de um compromisso político e ético, que convoca educadores, gestores e comunidade escolar a repensarem os fundamentos da educação brasileira e a assumirem a responsabilidade de formar sujeitos conscientes de seu papel na luta por equidade racial.

Os resultados da revisão sistemática apontaram avanços significativos nas pesquisas sobre o tema, revelando práticas inovadoras que articulam literatura, artes, tecnologias digitais e saberes comunitários. Tais experiências demonstram que o letramento racial extrapola a sala de aula e se afirma como instrumento de resistência e transformação social. Contudo, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à efetiva implementação da legislação e ao enfrentamento das resistências institucionais que reproduzem desigualdades raciais.

Assim, conclui-se que a efetivação de uma educação antirracista exige a consolidação do letramento racial como eixo estruturante das práticas pedagógicas. Somente por meio dessa perspectiva crítica e inclusiva será possível descolonizar currículos, fortalecer identidades negras e promover uma escola democrática, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andreia dos Reis. Letramento racial na educação básica: revisão sistemática das abordagens teóricas, metodológicas e dos resultados em dissertações e teses no período de 2015 - 2022. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

ALMEIDA, R. S. de. Educação antirracista: letramento racial na formação docente. Revista de Educação e Linguagem, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: Novas Ciências. Acesso em: 16 set. 2025.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez. O direito à educação e a nova segregação social e racial: tempos insatisfatórios? Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 15-47, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt&ext&pid=S0102_46982015000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 agosto. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construcao-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 19 setembro. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, Lívia Weyl. “Como uma cura desses vazios” o ensino de artes na perspectiva do letramento étnico-racial: um olhar a partir da atuação de professores(as) de artes na cidade de Belém/PA. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

CUNHA JUNIOR, H. A. História dos afrodescendentes disciplina do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), Maringá, v, 21, n. 232, p. 99-113, jan/fev. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57870>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. São Paulo: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FERREIRA, A. de J. Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. Revista da ABPN. Florianópolis, SC: ABPN. v.6, n.14, p. 236-263, jul./out., 2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. Revista da ABPN, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul-out. 2014. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%80TICA-.pdf>

FERREIRA, Letícia Camargo. Letramento racial crítico em ação na Língua Espanhola. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

FERREIRA, Sinara Rubia. Letramentos de inspiração griô: contação de histórias e literatura infantojuvenil negra por uma educação antirracista. 2022. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2022.

FIGUEIREDO, Victor Matheus Gonçalves de. Escrita (auto)biográfica e círculo de leitura literária no desenvolvimento do letramento racial crítico com jovens do ensino médio. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos: IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 264-296.

FRANCO, Nelza Jaqueline Siqueira. Ciberquilombismo – negras e negros no espaço digital: perfis digitais pretos performando saberes, memórias, acolhimento e letramento racial. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. O movimento negro educador. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou identidade negra e negritude? Revista Brasileira de Política Internacional, [S.1.], v. 55, n. 1, p. 33-50, 2012. Disponível em: ABPN Revista. Acesso em: 16 set. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 4, n. 8, p. 06-14, out. 2012. Disponível em: <https://abpn.revista.org.br/index.php/site/article/view/246>. Acesso em: 07 setembro 2025.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Fábia Vaniz de. A construção de espaços de letramento racial crítico na sala de aula: possibilidades para a educação das relações étnico-raciais. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2023.

OLIVEIRA, Joice da Silva Pedro. As literaturas infantis africanas e afro-brasileiras como letramento racial crítico e construção das identidades étnico-raciais na Educação Infantil. 2022. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PEREIRA, J. do N.; RIBEIRO, D. S.; SILVA, A. F. Formação docente e o letramento racial como mecanismo de educação antirracista. Revista de Estudos e Vivências, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 45-58, 2024. Disponível em: Novas Ciências. Acesso em: 16 set. 2025.

PETRONILHO, Giuliane Aparecida. Cenas rotineiras de trabalho análogo à escravidão e os letramentos necessários na educação antirracista. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

PONTES, Janaina Augusta Ramos. Letramento para uma educação antirracial: um estudo sobre dizeres de mulheres negras. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Democracia e Cidadania na América Latina. In: QUIJANO, Anibal. América Latina: Democracia e Exclusão. Paris: L'Harmattan, 1994.

ROCHA, Luis Félix de Barros Vieira. Arte/educação no terreiro: a possibilidade de práticas pedagógicas antirracistas do(a) professor(a) de Arte através do ritual de Baião de Princesas da Casa Fanti Ashanti, em São Luís/MA. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Antonio Nacilio Sousa dos; FELIPPE, José Neto de Oliveira; MOURA, Douglas Luiz de Oliveira; SOUSA, Terezinha Sirley Ribeiro; OLIVEIRA, Carla Renata de; SOUZA, Alcione Santos de. Letramento racial e educação: formação de educadores para práticas pedagógicas antirracistas com enfoque na produção intelectual de autores “ladino-americano-afro-brasileiros”. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 3897-3916, 2025.

SANTOS, M. A. dos; SANTOS, C. A. F. dos; SERIQUE, N. dos S.; LIMA, R. R. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. Revista Pesquisa Qualitativa, [S.l.], v. 8, n. 17, p. 202-220, 2020. Disponível em: ResearchGate. Acesso em: 16 set. 2025.

SANTOS, Maxwell Souza dos; AMORIM, Marcel Alvaro. O Letramento racial crítico em vestibulares: o caso da UNICAMP sob a ótica dialógica. In: CONEDU, VII, 2021, Maceió.

SANTOS, Michele Maria de Lima. Dessilenciando o racismo cotidiano na Educação de Jovens e Adultos por meio do letramento racial crítico. 2022. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTOS, Rosilene Batista. O letramento racial crítico e práticas pedagógicas na construção da identidade racial da criança negra por meio da literatura infantil. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

SCHAFFER, Samantha. Letramento racial crítico: o encantamento do livro “O mundo no Black Power de Tayó” em uma proposição didática. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

SEVERO, Renata Trindade. Letramento racial e técnicas de si. Revista X, [S.l.], 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e82010>.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre, n. 3, v. 63, p. 489-506, set./dez. 2007.

SOUTA, Marivete; JOVINO, Ione da Silva. Letramento racial e educação antirracista nas aulas de língua portuguesa. Uniletras, Ponta Grossa, v. 41, n. 2, p. 147-166, jul./dez. 2019. DOI: 10.5212/Uniletras.v.41i2.0002. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negra. rio de janeiro: Zahar, 2021.

TWINE, F. W.; STEINBUGLER, A. The gap between whites and whiteness: interracial intimacy and racial literacy. Du Bois Review: Social Science Research on Race, New York, v. 2, n. 3, p. 341-363, ago. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231775543_The_gap_between_whites_and_whiteness_Interracial_Intimacy_and_Racial_Literacy. Acesso em: 26 mar. 2021.